

ATA DE REUNIÃO

Abertura

1ª Reunião Ordinária

CT7 - Comitê Temático da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas

DATA	HORÁRIO	LOCAL
26/03/2024	17:40h às 18:00 h	Banco do Brasil - Sede I, Asa Norte – 14º andar, Brasília - DF.

ABERTURA

O Sr. Maurício Juvenal, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte/MEMP, fez a abertura da 1ª reunião do Comitê Temático da Política Nacional de Desenvolvimento das MPEs, realizada no ano de 2024, agradeceu a presença de todos os participantes e em seguida passou a palavra para o Coordenador de Governo do CT7.

DISCUSSÕES

O Coordenador Público do CT7, Sr. Daniel Papa, cumprimentou a todos os presentes e disse que o tema acerca da Política Nacional das MPEs representa um lastro institucional por retratar um segmento tão importante para o desenvolvimento do País e que o Fórum é um braço importante para fazer chegar na ponta e alcançar os objetivos deste Comitê e do Ministério.

Na sequência fez uma breve apresentação do papel das MPEs na economia nacional, apontando números de sua participação no emprego, renda e no Produto Interno Bruto (PIB).

Apresentou um diagnóstico dos principais desafios enfrentados pelas MPEs como: a dificuldade de acesso ao crédito; burocracia excessiva; dificuldade mercadológica; baixa competitividade/produzividade; acesso a novas tecnologias e necessidade de melhorias de gestão.

Destacou o contexto da criação da Política ao mencionar a necessidade de uma agenda única para o desenvolvimento das MPEs conforme dispõe o § 5º do art. 2º da Lei Complementar 13/2006.

Na sequência mostrou o Mapa Estratégico que foi desenhado para definir as 04 fases da Política; apresentou as frentes de trabalho que já foram realizadas e aquelas que estão em andamento para a aprovação e publicação da Minuta do Decreto da Política Nacional, quais sejam: Consulta formal às Secretarias do MEMP, bem como foi elaborado Parecer favorável pela CONJUR e o Processo já se encontra na Casa Civil para que sejam feitos os ajustes finais na Minuta (SAJ e SAG).

Em seguida apresentou a Construção do Painel de Controle da Política Nacional das MPEs, no qual destaca os seguintes pontos: mobilização do Sebrae e TI do MEMP; Contratação de empresa especializada em ferramentas

de monitoramento (Sebrae); construção dos módulos de cadastros (Órgãos e iniciativas); Construção e Conexão da ferramenta de BI.

Relatou que os próximos passos serão a simulação de Cadastro de dados para duas Unidades da Federação, preferencialmente um Estado do Nordeste e outro do Sudeste; a Construção do Módulo de Indicadores de Impacto e a Construção do Módulo de Comunicação entre os atores da Governança (Fórum).

No tocante a construção do Módulo de Indicadores de Impacto destacou as seguintes ações: criação de GT para elaboração de indicadores da Política; mobilizar os componentes e realizar a 1ª reunião; formalizar a criação do GT na reunião do CT7; realizar parceria com SMA/MPO para definir cesta de indicadores.

Apresentou o modelo de gestão da Política Nacional e disse que 03 temas serão conduzidos internamente pelo MEMP como o cadastro de Órgãos/Entidades da Sociedade Civil; cadastro de Iniciativas e a comunicação entre os atores do Fórum e 01 tema será conduzido de forma externa, o qual deve ocorrer com a divulgação de boas práticas, agenda de eventos e comunicação em geral com a sociedade.

Nesse sentido, destacou a importância em fazer um Mapa de Calor dos Estados que é um trabalho que deve ser realizado em parceria com o Sebrae e ter as iniciativas preenchidas em todas as regiões em que há representatividade dos Fóruns Estaduais. E, por fim, mostrou o cronograma geral de implementação da Política Nacional das MPEs que deve ser um referencial para a Construção das capacidades da rede que serão implementadas, a partir da Publicação do Decreto.

O Coordenador Privado do CT7, representante do Sebrae, Sr. Pedro Pessoa, disse que o Sebrae se colocou como uma instituição de apoio que contribui e facilita, não somente do ponto de vista técnico e de agenda de articulação, mas disponibilizando uma agenda de viabilização de rede para facilitar a construção de Políticas Públicas e a exemplo disso mencionou a contribuição de alguns instrumentos como o trabalho no sistema de cadastro que está sendo construído.

Disse ainda que, houve um grande avanço em vários elementos na agenda de simplificação voltada para as MPES, mas em outras pautas como é o caso do desafio do crédito ainda existe uma jornada pela frente e dessa forma o Sebrae tem interesse em ajudar no sistema de inteligência que dê suporte ao Fórum e ao MEMP.

Destacou ainda que, tem 23 Estados participando da Estratégia de Rede e por isso há uma agenda de Seminários que deve ajudar a trazer novos atores; ressaltou que o Sebrae já tem previsão para realizar 06 Seminários; citou a importância de ter uma agenda permanente de diálogo com representantes do Fórum e dessa forma pretende trazer uma série de ferramentas para avaliar e superar os pontos críticos para que se possa avançar na discussão e construção de Projetos inovadores.

Ao abrir a discussão o Sr. Valdir destacou a necessidade em se manter viva a Lei Complementar 123/2006 e disse que a mesma deveria ser atualizada, pelo menos a cada dois anos.

O Sr. Tarcísio Silva, representante da COMICRO, ressaltou a importância em observar alguns mecanismos instituídos na Lei Complementar nº 123/2006 no que diz respeito as Compras Governamentais, a regulamentação das Cédulas de Crédito e as Sociedades de Propósito Específico criadas com fim específico para atender as MPES.

O Sr. Mauro Leônidas, representante do Conselho de Administração, disse que precisa fomentar os Fóruns Estaduais e por isso o Fórum Nacional deve observar as experiências exitosas e levá-las para os Estados onde não há representatividade, bem como para aqueles que estão com as suas atividades suspensas.

A Sra Flávia, Diretora do DREI, informou que foi editada, no dia 24 de janeiro deste ano, a Instrução Normativa nº 01 do DREI, na qual regulamenta a matéria que contempla a Sociedade de Propósito Específico constituída nos termos da Lei 123/2006 como ME e EPP.

A Sra. Mariana, representante da Aliança Empreendedora, informou que participa das reuniões do CT7, desde o ano de 2021; que também acompanha o trabalho de desenvolvimento dos indicadores da Política e acredita que há espaço para todos aqueles que queiram participar desta agenda, pois a Política é a grande vitrine que o Fórum tem apresentado para os outros Comitês e Fóruns Estaduais.

O Sr. Eduardo, representante da Organização das Cooperativas do Brasil, reforçou o engajamento do trabalho realizado pela OCB na Construção da Política e disse que a instituição se sente parte dela e por isso espera acompanhar o Cronograma de implementação da Política, pois acredita que tem diversas iniciativas em todo o País aguardando a aprovação da Política Nacional das MPes.

O Sr. Maurício Juvenal ressaltou que todas as manifestações foram elogiáveis e disse que houve um grande esforço, por parte do Ministério e desta Secretaria, para que pudesse anunciar, nesta reunião, a Publicação do Decreto que cria a Política Nacional das MPes, mas em virtude da Análise Jurídica realizada pela Casa Civil o texto foi devolvido para fazer um ajuste na Nota Técnica. Contudo, com a redação da Minuta, já ajustada o que se espera é que o Decreto seja publicado nos próximos dias.

O outro ponto que destacou foi que, o texto da Medida Provisória que aperfeiçoa o Pronampe e cria outras medidas de acesso ao crédito está bem adiantado, porém tamanha a importância, bem como os pontos que o Governo deve enfrentar com o anúncio desta medida não foi possível ainda encaminhar a Mensagem para o Congresso Nacional; no entanto acredita que isso ocorrerá nas próximas semanas.

Ademais, no que diz respeito a implementação da Política disse que o melhor texto da Política não tem validade se não conseguir de fato executá-la na ponta, no entanto percebe que este grupo de trabalho que está neste Comitê demonstra que tem condições de realizar as entregas. Frisou ainda que, a orientação é de que cada uma das áreas finalísticas deste Ministério tem a responsabilidade de realizar as entregas que lhe são pertinentes, o quanto antes.

Ressaltou a importância em estabelecer uma Política de Governança para chegar na ponta com mais eficiência, pois um desenho qualitativo das ações está formulado para poder monitorar e acompanhar cada ação.

Lembrou ainda que, o MEMP tem uma agenda prioritária para o ano de 2024, no entanto ela pode ser alterada com alguma supressão ou inclusão, mas há um roteiro pré-estabelecido e este Fórum deve apontar se os itens considerados como prioritários ainda estão valendo.

O Sr. Hélio Rodrigues, representante da MONAMPE, disse que é muito importante a aprovação da Política, mas lembrou que o Fórum das MPes é um colegiado consultivo e não deliberativo e por isso após a implementação da Política o Congresso deve fazer valer isso; citou ainda a questão das Compras Governamentais que precisa ser olhada nos Estados e Municípios e sugeriu que o Fórum desempenhasse uma função mais importante no

sentido dos Poderes Executivo e Legislativo dar as respostas para as decisões discutidas e aprovadas pelo Fórum.

O Sr. Aguinaldo Joaquim, Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Estado da Bahia e Diretor da CONAMPE, lembrou que a maioria das empresas não conhecem o trabalho desenvolvido no Fórum e por isso entende que as decisões poderiam ser mais deliberativas para ter mais força de atuação nos Estados.

O Sr. Jovane Borges, Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresa de Cascavel-AMIC, disse que a Cédula de Crédito foi aprovada, no Senado e destacou pontos positivos do Projeto nos quais dispõe que as empresas que tenham pagamento a receber de Órgãos Públicos poderão, a partir de 30 dias, utilizar a Cédula de Crédito para negociar junto aos Bancos.

O Sr. Maurício Juvenal informou que consta na pauta das reuniões dos próximos Comitês Temáticos o status dos Projetos de Lei ou normativos similares; disse que é importante dar cumprimento naquilo que já é prerrogativa do Fórum, bem como analisar as observações dos representantes de entidades sobre a possibilidade de o Fórum ter caráter deliberativo em suas decisões.

Esclareceu ainda que, é um Decreto e não uma Medida Provisória que deve instituir a Política Nacional; que o Governo está na fase final da gestação da Medida Provisória e que esta sim deve lidar com o Pronampe, inadimplência e a criação de um novo Programa de Crédito para beneficiar quem está na faixa de até 360 mil reais de Faturamento Bruto Anual.

ENCERRAMENTO

Ao final, o Sr. Maurício Juvenal, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, destacou importância em fazer um trabalho conjunto para expandir as iniciativas exitosas do Fórum e destacou a modelagem do Estado do Paraná como um modelo a ser seguido por outros Estados; agradeceu a participação de todos os participantes e encerrou a reunião